Jobim reúne embaixadores para explicar decreto

Alvejado pelos índios, que denunciam redução de reservas, ministro tenta assegurar empréstimo do G-7 para demarcações

• BRASÍLIA. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, reuniu ontem no Itamaraty os embaixadores dos sete países integrantes do G-7 (Alemanha, EUA, Grã-Bretanha, Japão, França, Canadá e Bélgica) para explicar o decreto 1.775/96, que admitirá a revisão de áreas indígenas já demarcadas no Brasil. Depois de relatar por quase duas horas os motivos que levaram o Governo a admitir o contraditório nos processos de demar-

cação, Jobim deixou a reunião assegurando que a receptividade dos embaixadores foi boa e que o G-7 não cogita retirar o empréstimo que concedera em dezembro para as demarcações.

— Os embaixadores fizeram algumas colocações, mas foi tranquilo — disse o ministro, anunciando que viajará à Europa para explicar as razões do Governo brasileiro às ONGs internacionais de defesa dos índios.

À tarde, o Conselho de Articulação dos Povos Indígenas (Capiob) anunciou que os índios darão um "grito de guerra" em vários estados do país em protesto contra o decreto. Assim como o ministro, também formarão uma comissão para visitar os países do G-7, a ONU e a OEA para denunciar o que consideram retrocesso no processo de demarcação de reservas. Anteontem eles entregaram aos embaixadores

que se reuniram ontem com Jobim uma carta criticando o ministro e pedindo ajuda para evitar a redução de suas terras. Os índios afirmam que 16 reservas já foram invadidas nos últimos 15 dias.

Na carta, os índios sustentam que Jobim sugeriu ao Governo do Pará que conteste a demarcação de 14 áreas indígenas naquele estado, entre elas cinco reservas inseridas no Projeto Terras Indígenas, ou seja, que serão demarca-

das e regularizadas com o dinheiro dos contratos firmados entre o Brasil e os países do G-7. Os índios, por esse motivo, querem que o G-7 suspenda o financiamento para as demarcações, em caráter provisório, até que o Governo revogue o decreto.

O secretário-executivo do ministério, Milton Seligman, contou, após a reunião, que os embaixadores com quem conversou consideraram satisfatórias às razões

alegadas por Jobim e descartaram interromper o financiamento. O ministro argumentou que havia o risco de o STF considerar inconstitucional o Decreto 22/91, que estabelecia normas sobre o assunto e não permitia aos fazendeiros e outros interessados contestar os processos de demarcação. Segundo Jobim, a Constituição brasileira consagra a todos o direito de defesa, mesmo em processos administrativos. ■

Class.	500
Data	1/3/96
Assinatura	Og Jobim
Assinatura	Pa 9